

SUMÁRIO

Índice de perguntas	39
» Capítulo I – TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	49
1 Conceito e base teórica de direitos humanos	50
2 Direitos humanos e garantias constitucionais fundamentais: convergências e divergências conceituais	51
3 Vertentes de proteção dos direitos humanos e relações entre elas: conceitos básicos de direito internacional	53
3.1 Direitos humanos e as subvertentes do direito de minorias e do direito internacional penal	55
3.2 Direito humanitário	56
3.2.1 Direito de Genebra	58
3.2.2 Direito de Haia	64
3.2.3 Direito de Nova York	65
3.3 Direito dos refugiados	66
4 Características dos direitos humanos	69
4.1 Historicidade	70
4.2 Mobilidade e dinamismo	71
4.3 Universalidade	72
4.4 Generalidade	74
4.5 Inalienabilidade	74
4.6 Imprescritibilidade	75
4.7 Irrenunciabilidade	75
4.8 Inviolabilidade	76
4.9 Indivisibilidade	77
4.10 Complementaridade	77
4.11 Interdependência ou inter-relação	77
4.12 Inexauribilidade	78
4.13 Essencialidade	79

4.14	Efetividade	79
4.15	Relatividade	79
4.15.1	Universalidade dos direitos humanos e relativismo cultural (relatividade em sentido amplo)	79
4.15.2	Limitabilidade de direitos humanos (relatividade em sentido estrito)	82
4.15.2.1	Resolução de conflitos ante a colisão de direitos fundamentais	83
4.15.2.1.1	Reserva legal simples	83
4.15.2.1.2	Reserva legal qualificada	83
4.15.2.1.3	Limites dos limites	83
4.15.2.1.4	Proteção do núcleo essencial dos direitos humanos	83
4.15.2.1.5	Proporcionalidade	84
4.15.2.1.6	Proibição de restrições casuísticas	84
4.15.2.2	Limitação de direitos humanos pela relação direitos-deveres	84
5	A estrutura normativa do sistema internacional e do sistema regional de proteção aos direitos humanos	88
6	Condições para suspensão de direitos e direitos inderrogáveis	89
7	Interpretação dos tratados internacionais de direitos humanos	91
7.1	Normativa cogente (<i>jus cogens</i>) e normativa não cogente (<i>soft law</i>)	92
7.2	Vedação à interpretação deturpada	94
7.3	Repercussões interpretativas do monismo e do dualismo do direito internacional	96
7.4	O critério <i>pro homine</i> ou da primazia da norma mais favorável	97
7.5	Teoria da margem de apreciação	98
8	A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ao Direito brasileiro	100
8.1	O processo de incorporação de tratados internacionais pelo ordenamento jurídico brasileiro	101
8.2	Valor do tratado de direitos humanos na Constituição Federal: princípio da primazia dos direitos humanos	101
8.3	A posição hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos em face do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal: hierarquia supralegal	102
8.4	Tratados “equivalentes a emendas constitucionais”	103
8.5	Análise da aplicação do critério da supralegalidade perante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto ao princípio do duplo grau de jurisdição	104
8.6	Análise da aplicabilidade do art. 5º, § 3º, CF (2005-2018)	108
8.7	Controle de convencionalidade	113
8.7.1	Primeira casuística: a suposta inconvenção da “Lei da Anistia”	116

8.7.2	Segunda casuística: a suposta inconvenção do crime de desacato	120
9	Classificação constitucional dos direitos humanos	122
10	Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos	123
10.1	Teoria da ineficácia horizontal (ou doutrina da <i>State Action</i>)	124
10.2	Teoria da eficácia horizontal indireta	125
10.3	Teoria da eficácia horizontal direta	126
11	O neoconstitucionalismo, a nova fase positivista e o Estado Democrático de Direito	127
12	Teorias doutrinárias de classificação de direitos humanos	130
12.1	Classificação com base na teoria dos “ <i>status</i> ” de Jellinek	130
12.1.1	Direitos de defesa	130
12.1.2	Direitos prestacionais	131
12.1.3	Direitos de participação	131
12.2	Classificação do Caso Lüth: direitos objetivos e subjetivos	131
13	Fundamentos de direitos humanos	133
13.1	Fundamento da dignidade da pessoa humana	134
13.1.1	Previsão no sistema de proteção de direitos humanos	134
13.1.2	Conceito e desdobramentos	135
13.1.3	Base para a nova hermenêutica constitucional	136
13.1.4	Fundamentos associados	137
13.2	Fundamento da democracia	138
13.2.1	Previsão no sistema de proteção de direitos humanos	138
13.2.2	Conceito e desdobramentos	140
13.2.3	Regime de governo e forma de governo	141
13.2.4	Democracia, cidadania e justiça participativa	141
13.3	Fundamento da razoabilidade-proporcionalidade	143
13.3.1	Nova hermenêutica constitucional e caráter instrumental	143
13.3.2	Aproximações conceituais	144
13.3.3	Distanciamentos conceituais	146
13.4	Fundamento da interdependência: a teoria das “gerações” ou “dimensões” de direitos	147
13.4.1	Fundamento da liberdade: primeira dimensão	149
13.4.2	Fundamento da igualdade: segunda dimensão	152
13.4.3	Fundamento da fraternidade: terceira dimensão	154
13.4.4	Fundamento do aperfeiçoamento: teorias sobre outras dimensões de direitos humanos	156
14	Sinopse do capítulo	157
» Capítulo II – OS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS		
1	Doutrina do direito natural: pensamento grego, romano e cristianista	172

1.1	Antígona e a primeira menção à lei natural	172
1.2	Discussão filosófica na <i>polis</i> grega	174
1.3	Discussão filosófica na jovem república romana	176
1.4	Discussão filosófica na Idade Média	178
2	Carta Magna de João Sem Terra de 1215 e a ascensão do absolutismo europeu	180
3	Renascimento e Iluminismo: reflexos do antropocentrismo nas premissas do direito natural	181
3.1	Renascimento e o agigantamento do absolutismo	182
3.2	Iluminismo e a quebra do conceito absoluto de soberano	184
3.3	Revolução Gloriosa e documentos interligados	186
3.3.1	Petition of Rights de 1628	188
3.3.2	<i>Habeas Corpus Act</i> de 1679	188
3.3.3	<i>Bill of Rights</i> de 1689	188
3.3.4	<i>Act of Settlement</i> de 1701	189
3.4	Revoluções Francesa e Americana: promulgação de novas Constituições	189
3.5	Revolução Industrial: primeiras Constituições a mencionarem direitos sociais	193
4	O sistema internacional de proteção aos direitos humanos: os precedentes históricos do processo de internacionalização e universalização dos direitos humanos	195
4.1	Direito humanitário e a fundação da Cruz Vermelha	195
4.2	Tratado de Versalhes	196
4.2.1	Liga das Nações	197
4.2.2	Organização Internacional do Trabalho	199
5	Doutrina do direito positivo: ascensão dos regimes totalitários	200
6	Doutrina dos direitos humanos: reflexos do pós-guerra	204
6.1	Organização das Nações Unidas	210
6.2	Tribunal de Nuremberg	212
6.3	Declaração Universal de 1948 e documentos decorrentes: valor normativo da Declaração Universal dos Direitos Humanos	213
7	Regionalização de direitos humanos	216
8	Direitos humanos na Constituição Federal de 1988: institucionalização dos direitos e garantias fundamentais	217
9	Sinopse do capítulo	219
» Capítulo III – DIREITOS HUMANOS EM ESPÉCIE: ESTUDO SISTÊMICO A PARTIR DAS DECLARAÇÕES E TRATADOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS		229
1	Primeira espécie de direitos humanos: direitos civis e políticos	230
1.1	Direito à vida	231

1.1.1	Pena de morte: restrições no sistema internacional e no sistema interamericano	234
1.1.2	Genocídio	239
1.1.3	Eutanásia	240
1.1.4	Direito ao nascimento com vida	242
1.1.5	Integridade física, psíquica e moral e vedação à experimentação humana	245
1.1.6	Vedação à tortura	246
1.1.7	Subsistência com dignidade	253
1.2	Direito à liberdade	254
1.2.1	Liberdade de pensamento	256
1.2.2	Liberdade de expressão	258
1.2.3	Liberdade de informação	265
1.2.4	Direitos comunicativos	269
1.2.5	Desaparecimento forçado	271
1.2.6	Liberdade de religião	279
1.2.7	Liberdade de associação e de reunião	285
1.2.8	Liberdade de trabalho	289
1.2.9	Tráfico internacional de pessoas	294
1.2.10	Liberdade de locomoção e de residência	296
1.3	Direito à igualdade: direitos humanos das minorias e grupos vulneráveis – discriminação e ações afirmativas	298
1.3.1	Proteção das mulheres	305
1.3.2	Proteção das crianças	314
1.3.3	Proteção das pessoas com deficiência	327
1.3.4	Proteção dos idosos	335
1.3.5	Proteção dos indígenas	339
1.3.6	Proteção da diversidade sexual	346
1.3.7	Vedação da discriminação e do preconceito racial e étnico	351
1.3.8	População em situação de rua	363
1.4	Direito à segurança	365
1.5	Direito à propriedade	367
1.6	Direito à propriedade intelectual	371
1.7	Direito à privacidade	374
1.8	Direitos da personalidade	380
1.8.1	Proteção da personalidade jurídica	380
1.8.2	Bens jurídicos protegidos: honra, imagem e nome	382
1.8.3	Direito de resposta e outros meios de proteção	384
1.9	Direitos de acesso à justiça	386
1.10	Direitos humanos penais: Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos	392

1.10.1	Vedação da prisão arbitrária	395
1.10.2	Indenização por erro judicial	397
1.10.3	Excepcionalidade da prisão provisória	399
1.10.4	Legalidade em sentido estrito e irretroatividade da lei penal ...	401
1.10.5	Presunção de inocência	403
1.10.6	Não produção de provas contra si mesmo	407
1.10.7	Individualização da pena	407
1.10.8	Personalidade da pena	409
1.10.9	Vedação do tribunal de exceção/audiência justa e imparcial	409
1.10.10	Contraditório e ampla defesa	411
1.10.11	Recurso a juiz ou tribunal competente	413
1.10.12	Revisão da sentença transitada em julgado apenas a favor do réu	415
1.10.13	Tratamento especial de determinados detidos	415
1.10.14	Tratamento especial de mulheres reclusas: Regras para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras	417
1.10.15	Tratamento especial de menores infratores: Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores	419
1.10.16	Tratamento digno quando da restrição da liberdade	421
1.10.17	Medidas alternativas à privação de liberdade: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade	428
1.11	Audiência de custódia	429
1.12	Prisão civil do devedor de alimentos	434
1.13	Direitos de nacionalidade	436
1.13.1	Direito ao asilo e proteção dos refugiados: proteção dos direitos tipicamente <i>humanos</i> às questões envolvendo nacionalidade	438
1.13.2	Brasileiros e não brasileiros após a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017): proteção do direito <i>constitucional</i> às questões envolvendo nacionalidade	448
1.13.2.1	Espécies de nacionalidade	450
1.13.2.2	Polipátrida e apátrida	450
1.13.2.3	Modos de aquisição da nacionalidade (considerando a nacionalidade originária)	451
1.13.2.4	Brasileiros natos	451
1.13.2.5	Brasileiros naturalizados	456
1.13.2.6	“Quase nacionalidade” (portugueses equiparados) ...	459
1.13.2.7	Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados	460
1.13.2.8	Perda da nacionalidade	461
1.13.2.9	Extradição	463
1.13.2.10	Deportação	468

1.13.2.11	Expulsão	469
1.14	Direitos políticos: fundamentos da autodeterminação dos povos e da garantia do sistema democrático	469
1.14.1	Direito à autodeterminação dos povos: artigo 1º comum aos dois Pactos Internacionais da ONU de 1966 e convergência com o artigo 1º, itens 2 e 3, da Carta da ONU	471
1.14.2	Direito à democracia	474
1.14.3	Direito ao acesso a cargos públicos	479
2	Segunda espécie de direitos humanos: direitos econômicos, sociais e culturais	481
2.1	Diferenças entre direitos civis e políticos e obrigações decorrentes da garantia de direitos econômicos, sociais e culturais: princípios da progressão e do constante aperfeiçoamento	481
2.2	Importância da igualdade material	486
2.3	Direito à educação	487
2.4	Direito à cultura	493
2.5	Direito à saúde	496
2.6	Direito à alimentação, ao vestuário e à moradia	502
2.7	Direito ao lazer	504
2.8	Direito à segurança	505
2.8.1	Noções gerais	505
2.8.2	Polícia, direitos humanos e cidadania	507
2.8.3	Uso da força e das armas de fogo: vedação ao abuso de autoridade	511
2.8.4	Combate ao crime organizado transnacional e ao tráfico de armas	516
2.9	Direito à família	519
2.10	Direito à proteção da maternidade e da infância	522
2.11	Direito ao trabalho	523
2.11.1	Liberdade de escolha	524
2.11.2	Condições justas e favoráveis	526
2.11.3	Igual e suficiente remuneração	528
2.11.4	Férias e limitação do horário de trabalho	530
2.11.5	Saúde e segurança no trabalho	531
2.11.6	Liberdade de reunião e de associação	532
2.12	Direito à assistência e à previdência sociais	535
3	Terceira espécie de direitos humanos: direitos de fraternidade ou de solidariedade	538
3.1	Direitos difusos e coletivos	539
3.2	Direito à paz	540
3.3	Direito ambiental	543
3.4	Direito do consumidor	551

3.5	Direito à probidade administrativa	553
4	Sinopse do capítulo	557
» Capítulo IV – INSTRUMENTOS E MECANISMOS NACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS		
1	Política nacional de direitos humanos	585
1.1	Programas nacionais de direitos humanos	586
1.1.1	Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1)	587
1.1.2	Segundo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2)	588
1.1.3	Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)	588
1.1.4	Alterações do PNDH-3	593
1.2	Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Lei nº 12.986/2014	593
2	Tutela individual na promoção dos direitos humanos	599
2.1	<i>Habeas corpus</i>	599
2.1.1	Surgimento	600
2.1.2	Natureza jurídica	600
2.1.3	Espécies	601
2.1.4	Legitimidade ativa	603
2.1.5	Legitimidade passiva	605
2.1.6	Hipóteses de coação ilegal	605
2.1.7	Competência para apreciação	606
2.1.8	Procedimento	606
2.1.9	Algumas considerações finais	607
2.2	Mandado de segurança individual	609
2.2.1	Surgimento	609
2.2.2	Natureza jurídica	610
2.2.3	Espécies	611
2.2.4	Legitimidade ativa	611
2.2.5	Legitimidade passiva	612
2.2.6	Competência	613
2.2.7	Procedimento	613
2.2.8	Algumas considerações finais	614
2.3	Mandado de injunção individual	615
2.3.1	Surgimento	615
2.3.2	Natureza jurídica	617
2.3.3	Legitimidade ativa	620
2.3.4	Legitimidade passiva	621
2.3.5	Competência	621
2.3.6	Procedimento	622
2.3.7	Diferença do mandado de injunção para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão	623
2.3.8	Efeitos da decisão concedida em sede de mandado de injunção	623

2.3.9	Algumas considerações finais	627
2.4	<i>Habeas data</i>	627
2.4.1	Surgimento	627
2.4.2	Natureza jurídica	628
2.4.3	Legitimidade ativa	629
2.4.4	Legitimidade passiva	629
2.4.5	Competência	629
2.4.6	Procedimento	630
2.4.7	Algumas considerações finais	630
2.5	Ação popular	631
2.5.1	Surgimento	631
2.5.2	Natureza jurídica	632
2.5.3	Legitimidade ativa	632
2.5.4	Legitimidade passiva	633
2.5.5	Competência	633
2.5.6	Controle do mérito do ato administrativo por meio da ação popular	634
2.5.7	Art. 18, da “Lei da Ação Popular”	636
2.5.8	Algumas considerações finais	637
3	Tutela coletiva na promoção dos direitos humanos	637
3.1	Ação Civil Pública	639
3.1.1	Considerações iniciais	639
3.1.2	A ação civil pública e o microsistema processual coletivo	640
3.1.3	Hipóteses de cabimento	641
3.1.4	Hipóteses de não cabimento da ação civil pública	641
3.1.5	Objeto	642
3.1.6	Competência	642
3.1.7	Legitimidade ativa	643
3.1.8	Legitimidade passiva	646
3.1.9	Possibilidade de utilização da ação civil pública como meio de controle difuso de constitucionalidade e como meio de controle de políticas públicas	646
3.1.10	Art. 16, da “Lei da Ação Civil Pública”	646
3.1.11	Algumas considerações finais	648
3.2	Mandado de segurança coletivo	649
3.2.1	Considerações gerais	649
3.2.2	Natureza jurídica	650
3.2.3	Objeto	650
3.2.4	Regras do mandado de segurança individual	652
3.2.5	Legitimidade ativa dos partidos políticos	652
3.2.6	Legitimidade ativa das organizações sindicais, entidades de classe ou associação	652

3.2.7	Legitimidade ativa do Ministério Público e da Defensoria Pública	653
3.2.8	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	653
3.2.9	Algumas considerações finais	653
3.3	Mandado de injunção coletivo	654
3.3.1	Considerações gerais e regras do mandado de injunção individual	654
3.3.2	Legitimidade ativa	655
3.3.3	Coisa julgada no mandado de injunção coletivo	655
3.3.4	Algumas considerações finais	656
4	Outros mecanismos nacionais de proteção aos direitos humanos	657
4.1	Incidente de deslocamento de competência	657
4.1.1	O temor da responsabilização do Estado brasileiro perante organismos internacionais de proteção aos direitos humanos	658
4.1.2	Significado das expressões “grave violação de direitos humanos” e “em qualquer fase do inquérito ou processo”	659
4.1.3	Da excepcionalidade do IDC: critérios para que haja deslocamento	659
4.2	Comissão Nacional da Verdade	661
4.2.1	Composição	662
4.2.2	Objetivos	662
4.2.3	Duração	663
4.2.4	Relatório da Comissão Nacional da Verdade	664
4.2.5	Conclusões da CNV	668
4.2.6	Recomendações da CNV: 29 medidas	669
4.2.6.1	Medidas institucionais	669
4.2.6.2	Reformas constitucionais e legais	672
4.2.6.3	Medidas de seguimento das ações e recomendações da CNV	673
4.2.7	Legado deixado pela CNV	674
4.3	Ministério Público e direitos humanos	675
4.3.1	Funções institucionais	676
4.3.2	Investigação pelo Ministério Público	677
4.3.3	Outras formas de atuação na defesa dos direitos humanos	678
4.4	Defensoria Pública e direitos humanos	679
4.4.1	No Brasil: art. 98, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	680
4.4.2	No sistema interamericano: Defensor público interamericano	680
5	Sinopse do capítulo	681

1	Introdução à justiça internacional dos direitos humanos	692
1.1	Direito Internacional dos Direitos Humanos	692
1.2	Violação de direitos humanos e responsabilidade internacional do Estado	695
1.3	<i>Responsibility to Protect</i> – R2P	698
1.4	Mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos direitos humanos	699
1.5	Empresas e direitos humanos: a possibilidade de extensão da responsabilidade internacional	700
1.5.1	Caso Shell e a invocação do <i>Alien Tort Claims Act</i> (ATCA)	701
1.5.2	Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos ..	702
1.5.3	Draft de Tratado Internacional Regulatório das Atividades de Empresas Transnacionais e de outras Empresas do Mercado no Direito Internacional dos Direitos Humanos	705
1.6	Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados e noções mínimas de direito internacional	706
1.6.1	Tratados e sujeitos de direito internacional	707
1.6.2	Solução de conflitos	708
1.6.3	Manifestação do consentimento	709
1.6.4	Plenos poderes	709
1.6.5	Reserva	710
1.6.6	Vigência	711
1.6.7	Emenda e Modificação de Tratados	711
1.6.8	Nulidade, Extinção e Suspensão da Execução de Tratados	711
1.6.9	Depositários, Notificações, Correções e Registro	712
2	Sistema africano de direitos humanos	713
2.1	Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	714
2.2	Protocolo à CADHP para estabelecimento da Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	716
3	Sistema islamo-árabe de direitos humanos	717
4	Sistema europeu de direitos humanos	719
4.1	Conselho da Europa	719
4.2	Convenção Europeia dos Direitos do Homem	721
4.3	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	722
4.3.1	Competência	723
4.3.2	Composição	723
4.3.3	Legitimidade ativa	723
4.3.4	Condições de admissibilidade	723
4.3.5	Arquivamento e desarquivamento	724
4.3.6	Processo	724
4.3.7	Contraditório e produção de provas	725
4.3.8	Competência consultiva	726

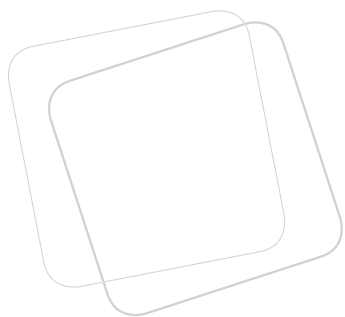
5	Sistema interamericano de direitos humanos	726
5.1	Sistema da Organização dos Estados Americanos – OEA	726
5.1.1	Estrutura e Funcionamento	726
5.1.1.1	Assembleia Geral	727
5.1.1.2	Da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores	727
5.1.1.3	Dos Conselhos	728
5.1.1.4	Da Comissão Jurídica Interamericana	728
5.1.1.5	Da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	728
5.1.1.6	Da Corte Interamericana de Direitos Humanos	729
5.1.1.7	Da Secretaria-Geral	729
5.1.1.8	Das Conferências e Organismos Especializados	729
5.1.2	Competência e Documentos Produzidos	729
5.1.2.1	Áreas de atuação	730
5.1.2.2	Sistema convencional e extraconvencional	731
5.1.2.3	Pacto de São José da Costa Rica e sua posição jurídica no ordenamento brasileiro	731
5.2	Convenção Americana dos Direitos Humanos: aspectos materiais	732
5.2.1	Estrutura, Premissas e Estados-partes	732
5.2.2	Deveres estatais	734
5.2.3	Direitos civis e políticos	735
5.2.4	Progressão dos direitos econômicos, sociais e culturais	735
5.2.5	Suspensão de garantias	736
5.2.6	Cláusula federal	737
5.2.7	Interpretação e aplicação	737
5.2.8	Correlação entre direitos e deveres	738
5.3	Convenção Americana dos Direitos Humanos: aspectos formais – meios de proteção	738
5.3.1	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	739
5.3.1.1	Origens	739
5.3.1.2	Composição	739
5.3.1.3	Funcionamento	740
5.3.1.4	Competência	740
5.3.1.5	Legitimidade ativa	741
5.3.1.6	Requisitos de admissibilidade	742
5.3.1.7	Processo	743
5.3.1.8	Relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão	745
5.3.1.9	Casos contra o Estado brasileiro perante o sistema Interamericano de Direitos Humanos: o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos	746
5.3.1.9.1	Casos contenciosos decididos e soluções amigáveis acordadas	746

5.3.1.9.1.1	Caso José Pereira	746
5.3.1.9.1.2	Caso dos Meninos Castrados de Maranhão ..	748
5.3.1.9.1.3	Caso Aristeu Guida da Silva e família	751
5.3.1.9.1.4	Caso Antônio Ferreira Braga	756
5.3.1.9.1.5	Caso Wallace de Almeida	760
5.3.1.9.1.6	Caso Manoel Leal de Oliveira	765
5.3.1.9.1.7	Caso Sebastião Camargo Filho	768
5.3.1.9.1.8	Caso Simone André Diniz	771
5.3.1.9.1.9	Caso Jailton Neri da Fonseca	775
5.3.1.9.1.10	Caso Corumbiara	778
5.3.1.9.1.11	Caso Maria da Penha Maia Fernandes: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (“Lei Maria da Penha”) – origem e escopo	782
5.3.1.9.1.12	Casos Alúisio Cavalcante e outro, Clarival Xavier Coutrim, Celso Bonfim de Lima, Marcos Almeida Ferreira, Delton Gomes da Mota, Marcos de Assis Ruben, Wanderlei Galati e Carlos Eduardo Gomes Ribeiro	786
5.3.1.9.1.13	Caso Diniz Bento da Silva	795
5.3.1.9.1.14	Caso Carandiru	797
5.3.1.9.1.15	Caso Alonso Eugênio da Silva	802
5.3.1.9.1.16	Caso Marcos Aurélio de Oliveira	804
5.3.1.9.1.17	Caso Newton Coutinho Mendes	807
5.3.1.9.1.18	Caso Ovelário Tames	809
5.3.1.9.1.19	Caso João Canuto de Oliveira	812
5.3.1.9.1.20	Caso 42º Distrito Policial Parque São Lucas	814

	5.3.1.9.2	Casos brasileiros em trâmite	816
	5.3.1.9.3	Medidas cautelares fixadas	826
5.3.2		Corte Interamericana de Direitos Humanos	827
	5.3.2.1	Composição	828
	5.3.2.2	Funcionamento	829
	5.3.2.3	Competência	829
	5.3.2.4	Legitimidade ativa	830
	5.3.2.5	Requisitos de admissibilidade	830
	5.3.2.6	Sentença	831
	5.3.2.7	Exequibilidade doméstica das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	832
	5.3.2.8	Casos contenciosos, medidas provisórias, supervisão de cumprimento e opiniões consultivas	833
	5.3.2.9	Casos contra o Estado brasileiro perante o sistema Interamericano de Direitos Humanos: jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	833
	5.3.2.9.1	Casos contenciosos julgados	834
	5.3.2.9.1.1	Casos sobre tratamento de presos	834
	5.3.2.9.1.2	Caso Ximenes Lopes	837
	5.3.2.9.1.3	Caso Nogueira de Carvalho e outros	842
	5.3.2.9.1.4	Caso Escher e outros	844
	5.3.2.9.1.5	Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia)	849
	5.3.2.9.1.6	Caso Sétimo Garibaldi	856
	5.3.2.9.1.7	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde	861
	5.3.2.9.1.8	Caso Favela Nova Brasília ..	870
	5.3.2.9.1.9	Caso Povo Indígena Xucuru	879
	5.3.2.9.1.10	Caso Herzog e outros	886
	5.3.2.9.2	Casos brasileiros em trâmite	898
	5.3.2.9.3	Medidas cautelares fixadas	899
5.3.3		Disposições comuns à Corte e à Comissão	899
5.3.4		Organismos especializados	900
	5.3.4.1	Comissão Interamericana de Mulheres	900
	5.3.4.2	Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	901
6		Sistema global de direitos humanos	902

6.1	Sistema da Organização das Nações Unidas – ONU	902
6.1.1	Igualdade entre os membros	902
6.1.2	Estrutura	903
6.1.2.1	Assembleia Geral	903
6.1.2.2	Conselho de Segurança	904
6.1.2.3	Conselho Econômico e Social	906
6.1.2.4	Conselho de Tutela	906
6.1.2.5	Corte Internacional de Justiça	907
6.1.2.6	Secretariado	907
6.1.3	Competência: proteção de direitos humanos	907
6.1.4	Sistema convencional e extraconvencional	909
6.2	Corte Internacional de Justiça	911
6.2.1	Histórico	911
6.2.2	Aspectos gerais	912
6.2.3	Composição	912
6.2.4	Competência	914
6.2.5	Processo	915
6.2.6	Casos brasileiros	916
6.3	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos	916
6.3.1	Histórico, localização e custeio	916
6.3.2	Composição e competência	917
6.3.3	Mecanismos e atuação	918
6.4	Comitê de Direitos Humanos	919
6.4.1	Composição e eleição	920
6.4.2	Relatórios gerais	920
6.4.3	Recebimento de denúncias	921
6.4.4	Denúncias por particulares e o protocolo facultativo ao PIDCP	922
6.5	Conselho de Direitos Humanos	924
6.5.1	Funcionamento, finalidade e objetivo	924
6.5.2	Composição e eleição	924
6.5.3	Mecanismos e procedimentos	925
6.5.4	Recebimento de reclamação	925
6.5.5	Procedimentos especiais: Resolução nº 1.235/1967 e Resolução nº 1.503/1970	926
6.6	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	928
6.6.1	Composição e eleição	928
6.6.2	Competências	929
6.6.3	Relatórios gerais	930
6.6.4	Recebimento de denúncias	930
6.6.5	Instauração de inquéritos	932

6.7	Organismos especializados	932
6.7.1	Comitê contra a Tortura	933
6.7.1.1	Composição e eleição	933
6.7.1.2	Relatórios gerais	933
6.7.1.3	Recebimento de Comunicações	934
6.7.1.4	Protocolo Facultativo à Convenção: Subcomitê de Prevenção e sistema de visita	935
6.7.2	Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher	937
6.7.2.1	Composição e eleição	937
6.7.2.2	Relatórios gerais	938
6.7.2.3	Recebimento de Comunicações	938
6.7.3	Comitê para os Direitos da Criança	941
6.7.3.1	Composição e eleição	941
6.7.3.2	Relatórios gerais	941
6.7.3.3	Medidas de efetivação	942
6.7.3.4	Recebimento de Comunicações	942
6.7.4	Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	943
6.7.4.1	Composição e eleição	944
6.7.4.2	Relatórios gerais	944
6.7.4.3	Medidas de efetivação	945
6.7.4.4	Recebimento de Comunicações	946
6.7.5	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial	947
6.7.5.1	Composição e eleição	947
6.7.5.2	Relatórios gerais	948
6.7.5.3	Recebimento de Comunicações	948
6.7.6	Comitê contra o Desaparecimento Forçado	951
6.7.6.1	Composição e eleição	951
6.7.6.2	Relatórios gerais	951
6.7.6.3	Recebimento de Comunicações	952
6.8	Tribunal Penal Internacional	953
6.8.1	Histórico	953
6.8.2	Finalidade e situação jurídica	955
6.8.3	Composição	956
6.8.4	Estados-partes	957
6.8.5	Competência	958
6.8.6	Normativa aplicável e princípios penais	961
6.8.7	Processo e julgamento	962
7	Sinopse do capítulo	964
	REFERÊNCIAS	981



ÍNDICE DE PERGUNTAS

CAPÍTULO I

- Quais as *semelhanças e diferenças* entre os direitos fundamentais e os direitos humanos? 51
- Quais as principais vertentes de proteção dos direitos humanos? Quais são suas principais características? 53
- A pretensão do direito humanitário é a de “*humanizar a guerra*”. Mas, será que isso é possível? 57
- Quais são as vertentes do Direito Humanitário? 57
- Quais os princípios que regem a atuação da Cruz Vermelha? 58
- Quais os principais documentos de proteção do direito humanitário? 58
- A quais situações o direito humanitário se aplica? 61
- O *que* são, e *quais* são as principais características dos direitos humanos? Os direitos humanos se restringem ao ambiente jurídico? 69
- A proteção prioritária a determinados grupos fere a característica da universalidade dos direitos humanos? 72
- Os direitos humanos podem ser extensíveis aos entes não humanos? 72
- Os direitos humanos podem ser aplicados ao nascituro? 74
- Quais os parâmetros para a irrenunciabilidade dos direitos humanos? E a hipótese de programas televisivos que satirizam condições peculiares de alguns seres humanos? O que é o “*caso do arremesso de anões*”? 75
- Qual a importância da descentralização dos sistemas de proteção dos direitos humanos? 77
- Sob quais aspectos pode ser vista a resolução de colisões entre direitos humanos fundamentais? 83
- Qual a importância da relação entre direitos e deveres no campo dos direitos humanos? 84
- Em que casos é possível suspender direitos humanos? 89

- Como é aplicado e o que abrange o princípio da primazia da norma mais favorável? 97
- O que é a teoria da margem de apreciação? 98
- É possível que um tratado de direitos humanos anterior à Emenda Constitucional nº 45/2004 adquira caráter constitucional? 104
- Por qual motivo, o nome “controle de *convencionalidade*”? 114
- A Lei da Anistia é inconvençional? 116
- O crime de desacato (art. 331, Código Penal), é inconvençional? 120
- O que são as eficácias *vertical*, *horizontal* e *diagonal* dos direitos humanos? Quais as teorias existentes acerca da eficácia horizontal? 123
- Mas o que foi, afinal, o “*caso Lüth*”? 132
- Quais as diferenças de densidades normativas entre as normas de direitos humanos e as normas de direitos fundamentais? E entre as normas de direitos humanos em si? 133
- Quais fundamentos podem ser associados à dignidade da pessoa humana? 137
- Como razoabilidade e proporcionalidade aparecem na nova hermenêutica constitucional? 143
- Quais as *semelhanças* entre razoabilidade e proporcionalidade? 144
- Quais as *diferenças* entre razoabilidade e proporcionalidade? 146

CAPÍTULO II

- Qual registro filosófico da lei natural foi feito na tragédia *Antígona*? Como isto influenciou a concepção de direitos humanos? 172
- Como a concepção de *justiça* aparecia na civilização grega? 174
- Qual a essência das regras da eterna justiça afirmadas por Cícero? 176
- Há influência do cristianismo nos direitos humanos? Ademais, lei divina, lei natural e lei humana se associam em que termos na filosofia de Santo Tomás de Aquino? 178
- Pode-se afirmar que houve um rompimento nas concepções de justiça e lei natural a partir do Renascimento e do Iluminismo? Por quê? 181
- Em termos de importância prática para a internacionalização dos direitos humanos, em que se diferenciam as Revoluções Francesa e Americana? Qual a principal contribuição de ambos movimentos? 189
- A Revolução Industrial foi o estopim para a afirmação de quais espécies de direitos humanos? 193
- Quais os principais precedentes históricos do processo de internacionalização e universalização dos direitos humanos? Quer dizer, quais eventos marcaram as raízes deste movimento? 195
- Em que aspecto o positivismo influenciou na ascensão dos regimes totalitários? 200
- Como se deu a releitura da lei natural após as graves consequências da Segunda Guerra Mundial? 204

- O Tribunal de Nuremberg pode ser considerado um tribunal de exceção? Ele foi válido? 212
- Qual o valor normativo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948? Como ela influenciou – e influencia – na elaboração dos documentos internacionais de proteção dos direitos humanos? 214
- A origem dos direitos humanos é contratualista ou jusnaturalista? 216
- Qual a relação entre a afirmação internacional dos direitos humanos e a institucionalização dos direitos e garantias fundamentais no Brasil, pela Constituição de 1988? Quais fatores históricos nacionais levaram a uma estruturação nestes moldes? 217

CAPÍTULO III

- Qual o duplo aspecto do direito à vida? 232
- Em que aspectos a Convenção Americana sobre Direitos Humanos amplia as restrições quanto à pena de morte em comparação ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU? 234
- O que são os crimes graves aos quais pode ser aplicada a pena de morte, segundo as Nações Unidas? 236
- Como ficam as questões pertinentes à eutanásia no âmbito brasileiro? 241
- As pesquisas com células-tronco embrionárias e o aborto do feto anencefálico, temas trabalhados pela jurisprudência pátria, afrontam o direito ao nascimento com vida? 244
- Nos termos da Declaração da ONU sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes que gera a vedação à tortura, há situações nas quais a tortura pode ser aceita? 246
- Quanto à normativa específica de vedação à tortura, em que pontos a Convenção da ONU contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes amplia a proteção da Declaração da ONU? 247
- Em que se diferencia o tratamento da tortura do âmbito internacional para o âmbito interamericano pela Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura? 250
- Qual a normativa brasileira que merece maior destaque quanto à vedação da tortura? 252
- Qual a importância da dignidade humana como princípio fundamental (art. 1º, III, CF), no âmbito interno? 254
- Por que a liberdade de pensamento é corolário das demais dimensões da liberdade? 256
- Qual o papel das relatorias para a liberdade de expressão? 260
- Ato contínuo ao estudo jurisprudencial interamericano, como se protege a liberdade de expressão no âmbito brasileiro? 261
- Dentro da liberdade de informação, o que é o *direito ao esquecimento*? 267
- Em que consiste a disciplina da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados? 273

- Como fica a utilização de símbolos religiosos em locais públicos? 283
- Qual a diferença entre servidão e escravidão? 290
- O que prevê a normativa específica sobre a abolição da escravidão no âmbito internacional? 291
- O que disciplinam os protocolos à Convenção das Nações Unidas relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea e contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças? 294
- Mas o que são, afinal, as ações afirmativas, pensando-as pela ótica do direito interno? Quais são seus argumentos *favoráveis* e *contrários*? Qual o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre elas? 304
- Quais os principais documentos internacionais voltados à proteção da mulher? 306
- Quais as principais medidas recomendadas pela ONU em sua Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres? 307
- Por que a Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher é um dos documentos internacionais que mais sofrem reservas pelos países-membros da organização? 308
- Qual a maior vitória no campo dos direitos humanos em relação à proteção das mulheres para o Brasil? 312
- Qual a diretriz principiológica da Declaração da ONU dos Direitos da Criança? 316
- Quem é criança para fins da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança? 316
- Sobre o que versam os protocolos à Convenção sobre os Direitos da Criança? 317
- Qual a importância conferida pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente à garantia dos direitos humanos da criança? 321
- Por quais fases passou o desenvolvimento da proteção da pessoa com deficiência? 327
- Em que pontos o conteúdo da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência é menos complexo que o da respectiva Convenção nas Nações Unidas? 333
- E no âmbito pátrio, como se dá a proteção à pessoa com deficiência? 334
- Há normativa internacional específica de proteção aos idosos? 335
- Em quais categorias se dividem os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas? 336
- Quais proteções especiais são conferidas no Brasil pelo artigo 3º do Estatuto do Idoso? 338
- Qual documento deixa claro que a proteção dos indígenas no plano dos direitos humanos é necessária em prol da preservação cultural? 340
- Em que pontos a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial amplia a proteção fornecida pela respectiva Declaração? 354

- Existem tratados internacionais ratificados pelo Brasil que endereçam de forma específica as práticas de *apartheid*? 358
- E no âmbito brasileiro, qual normativa merece destaque no que tange ao combate à discriminação e ao preconceito racial e étnico? 361
- O direito à segurança pode ser visto como direito fundamental individual sob qual aspecto? 366
- Quando são cumpridas as funções sociais das propriedades *urbana e rural*? .. 368
- O que é o direito de propriedade intelectual e em quais espécies ele se subdivide? 372
- Qual o limite entre a violação da privacidade em relação ao que se caracterizaria exercício regular de direito por parte do agente interventor? 376
- Dentro do direito à privacidade, o que é a “*Teoria das Esferas*”? 377
- Para finalizar, no âmbito pátrio, no que consiste a “Lei Geral de Proteção de Dados”? 377
- O que representa o direito de resposta no campo dos direitos humanos? 385
- E no Brasil, qual a normativa pertinente ao direito de resposta? 385
- Qual o conteúdo dos Princípios de Brasília adotados pela Cúpula Judicial Ibero-Americana sobre Acesso à Justiça? 389
- Quais as subvertentes do acesso à justiça previstas na Lei Maior pátria? 390
- Qual a finalidade das Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos? 394
- Qual a principal consequência da prisão arbitrária? 398
- Pelas normas de direitos humanos, quando a lei penal pode retroagir? 402
- Quais as medidas benéficas previstas nas Regras Mínimas em decorrência do princípio da presunção de inocência? 404
- Como se dá a individualização da pena e do tratamento dos reclusos pelas Regras Mínimas? 408
- Em que consiste a vedação ao juízo ou tribunal de exceção? 410
- Quais as semelhanças e as diferenças entre contraditório e ampla defesa? 412
- Em quais categorias se divide o tratamento especial e em separado dos detidos? Quais as principais nuances destas categorias? 416
- Qual o sentido, nas normas internacionais de direitos humanos, do tratamento digno quando da restrição da liberdade? 421
- No âmbito brasileiro, dentro dessa ideia de tratamento digno quando da restrição da liberdade, no que consiste a tese do “*Estado de Coisas Inconstitucional*”? ... 425
- O que é a audiência de custódia? Quais são seus desdobramentos e problemas iniciais? 430
- Qual a relação entre a audiência de custódia e o Conselho Nacional de Justiça? ... 432
- Qual o papel do Poder Judiciário brasileiro no processo de implementação do direito humano à audiência de custódia? 433
- O que é o direito de asilo? Qual documento das Nações Unidas cuida especificamente dos direitos dos refugiados? 438

- Qual órgão do sistema internacional de direitos humanos cuida da proteção dos refugiados? Como ele atua? 441
- E no ordenamento brasileiro, como fica a proteção da questão do asilo e dos refugiados? 442
- E se a criança nascida no Brasil é, exemplificativamente, filha de poloneses que estão a serviço do governo da Itália, será considerada brasileira nata pelo critério territorial? 452
- E se o indivíduo é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, nasceu no exterior, não foi registrado em repartição competente, e continua vivendo no exterior? 453
- E se o indivíduo é filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, nasceu no exterior, não foi registrado em repartição competente, e vem a residir na República Federativa do Brasil antes de atingida a maioridade? 454
- As hipóteses de naturalização ordinária se resumem àquelas previstas constitucionalmente? 458
- Mas, na “quase nacionalidade”, o português é equiparado ao brasileiro nato ou ao naturalizado? 460
- Um brasileiro nato que passe por perda-voluntária de nacionalidade (art. 12, § 4º, II, primeira parte, CF), se quiser readquirir, posteriormente, a nacionalidade brasileira (visto que isso é possível), voltará a ser brasileiro nato, ou passará a ser brasileiro naturalizado? Em outros termos, é possível que um brasileiro nato se torne brasileiro naturalizado? 462
- Quais são os princípios aplicáveis à extradição? 465
- Qual a diferença entre deportação e repatriação? 468
- Como a ideia de autodeterminação converge com a de cooperação econômica internacional? 473
- Qual a natureza da Carta Democrática Interamericana e qual seu objeto central de discussão? 476
- Qual a principal diferença entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais? 483
- Qual o grande entrave à implementação dos direitos sociais, econômicos e culturais? 484
- Qual o órgão próprio das Nações Unidas voltado à proteção dos direitos humanos na área da educação? 492
- Qual organismo das Nações Unidas é o responsável pela busca de proteção do direito à saúde? Quais são as prioridades e objetivos dele? 498
- Com base nisso, qual a principal diferença entre o direito social à segurança e os direitos sociais à saúde e à educação? 507
- Qual a postura esperada da polícia em relação aos direitos humanos, consolidando o corolário da cidadania? 507
- Quais regulamentações abordam o abuso de autoridade no campo dos direitos humanos internacionalizados? Como devem agir os funcionários responsáveis pela aplicação da lei? 512
- Qual a abordagem no campo dos direitos humanos em relação ao uso de armas de fogo pelos responsáveis por aplicar a lei? 513

➤ A que remete a expressão conglobada “condições justas e favoráveis” de trabalho?	527
➤ Qual delineamento pode ser atribuído ao conceito de meio ambiente do trabalho pelas normas de direitos humanos?	531
➤ Qual o principal objeto de discussão na Conferência de Estocolmo que culminou na <i>Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano</i> ?	545
➤ Dentro do direito ambiental dos direitos humanos, o que foi o “ <i>Relatório Brundtland</i> ”?	546
➤ Quais documentos foram elaborados na Rio/92?	546
➤ Quais informações podem ser extraídas da leitura do art. 225, caput, da Constituição pátria?	549

CAPÍTULO IV

➤ O que é a política nacional de direitos humanos?	585
➤ Sobre quais direitos prioritariamente se concentra o Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos?	587
➤ Sobre quais direitos prioritariamente se concentra o Segundo Programa Nacional de Direitos Humanos?	588
➤ Qual o objetivo do PNDH-3? Quais são seus eixos orientadores?	588
➤ Ato contínuo, convém indagar: tendo em vista a possibilidade do manejo de mandado de segurança coletivo e mandado de injunção coletivo (assuntos que serão oportunamente estudados), seria possível falar em um <i>habeas corpus</i> coletivo ou multitudinário?	601
➤ É possível impetrar <i>habeas corpus</i> em favor de um animal?	604
➤ Qual a amplitude do art. 142, § 2º, da Constituição Federal?	605
➤ Onde surgiu o mandado de injunção?	615
➤ Mas o que é, afinal, a <i>aplicabilidade</i> das normas constitucionais?	618
➤ Qual a <i>natureza</i> da decisão concedida em sede de mandado de injunção? Como fica a questão com a Lei nº 13.300/2016?	623
➤ Seria possível a legitimação superveniente dos herdeiros do interessado no <i>habeas data</i> em caso de falecimento deste?	629
➤ A ação popular pode ser considerada um mecanismo de soberania popular? ..	632
➤ O Ministério Público tem legitimidade ativa para o manejo de ação popular? ..	633
➤ É possível o controle do mérito do ato administrativo por meio de ação popular?	634
➤ Como “nasceu” e se desenvolveu o processo coletivo no Brasil?	638
➤ A ação civil pública é <i>sinônimo</i> de ação coletiva?	639
➤ É possível a utilização do mandado de segurança coletivo para a defesa de direitos/interesses difusos?	650
➤ Mas qual o significado de direito ou interesse difuso, afinal?	650
➤ E qual o significado de direito ou interesse coletivo em sentido estrito?	651

- E qual o significado de direito ou interesse individual homogêneo, por fim? . 651
- Quais os requisitos para que haja incidente de deslocamento de competência? 660
- Qual o legado deixado pela Comissão Nacional da Verdade? 674

CAPÍTULO V

- Os tratados de proteção dos direitos humanos podem ser equiparados aos tratados multilaterais clássicos? 696
- Em que consiste a “*Responsibility to Protect*”? 698
- O que são mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos direitos humanos? 699
- Qual a organização regional no sistema africano? Em que documento se baseia? Seu sistema pode ser considerado efetivo? 713
- Quais as regras para funcionamento da Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos? 716
- Quais as principais barreiras para a efetivação de um sistema islamo-árabe de direitos humanos? 717
- Qual o principal documento de proteção dos direitos humanos no âmbito europeu, qual órgão o aprovou e qual órgão ele instituiu? 719
- A legitimidade do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem se estende a particulares ou é apenas de Estados-partes? 723
- Quais países podem fazer parte da Organização dos Estados Americanos? Quais requisitos para tanto? 726
- Como se estrutura a Organização dos Estados Americanos? 727
- Como é composta e qual a atribuição da Assembleia Geral da OEA? 727
- Quais são os Conselhos principais da OEA e o que eles podem fazer? 728
- Para que fim servem as conferências e os organismos especializados da OEA? 729
- Qual o fulcro de proteção dos direitos humanos na OEA e como ele interage com o da ONU? 730
- Quais os principais deveres dos Estados signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? 734
- Como são tratados os direitos econômicos, sociais e culturais na Convenção Americana sobre Direitos Humanos? 735
- O que prevê a cláusula federal da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? 737
- Qual o aparato formal de monitoramento da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? 738
- Qual a composição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos? 739
- Qual a competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos? 740
- O que é o requisito do esgotamento dos recursos da jurisdição interna perante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos? Quando ele é dispensado? . 742

- ▶ Para quais fins servem os relatórios de casos, as medidas cautelares, os relatórios anuais e a relatoria para a liberdade de expressão? 745
- ▶ Quem pode dar início a um processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos? 830
- ▶ Quais os principais meios de controle da Comissão Interamericana de Mulheres e da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência? 900
- ▶ O que é o princípio da igualdade entre os membros na Organização das Nações Unidas? 902
- ▶ Quem são os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Quantos são os facultativos? Sobre quais matérias este órgão delibera? 904
- ▶ Qual a situação atual do Conselho de Tutela das Nações Unidas? 907
- ▶ Por que a Corte Internacional de Justiça é o órgão mais importante em termos judiciais no sistema global de proteção? Qual a razão dela não ser tão eficaz quanto poderia? 912
- ▶ Por que são tão raros os casos brasileiros que tramitaram perante a Corte Internacional de Justiça em matéria de direitos humanos? 916
- ▶ Como é composto o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas? 920
- ▶ Quais os requisitos para reconhecimento de denúncias pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas? Qual o trâmite procedimental? 921
- ▶ Cabem denúncias por particulares ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas? 922
- ▶ O Brasil se sujeita à competência de apreciação de petições do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais? 929
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê contra a Tortura das Nações Unidas? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? 933
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? 937
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê para os Direitos da Criança? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? 941
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? 943
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? 947
- ▶ Por qual Convenção foi criado Comitê contra o Desaparecimento Forçado? A que fins ele serve? Como é composto? Quais trâmites procedimentais são possíveis por ele e como funcionam? 951

- Qual o principal diferencial do Tribunal Penal Internacional em relação aos demais órgãos do sistema global de proteção? 955
- Quais crimes são julgados pelo Tribunal Penal Internacional? 958